



DEWEY E AS RELAÇÕES ENTRE NATUREZA E EXPERIÊNCIA NO ATO INVESTIGATIVO

Caio César Cabral

Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo – USP
caiock@gmail.com

Resumo: Este artigo explora a concepção de Dewey acerca das relações existentes entre a experiência e a natureza no ato investigativo. Primeiramente apresentaremos uma exposição detalhada sobre a concepção geral que o filósofo tem da experiência. Em seguida, analisaremos sua visão científica desse mesmo tema, baseada em alguns elementos da biologia e da psicologia behaviorista. Finalmente, exporemos uma crítica importante de Bertrand Russel a certas particularidades do ato investigativo tal como Dewey o concebe.

Palavras-Chave: Experiência. Natureza. Ato Investigativo. John Dewey.

DEWEY AND THE RELATIONS BETWEEN NATURE AND EXPERIENCE IN THE INVESTIGATIVE ACT

Abstract: *This paper explores the concept of Dewey regarding the relationship between the experience and the nature in the investigative act. First, we will present a detailed study on the general concept that the philosopher has about the experience. Then we analyze his scientific view of this same theme, based on some elements of biology and behavioral psychology. Finally, we will expose an important review of Bertrand Russell to certain particularities of investigative act as Dewey conceives.*

Keywords: *Experience. Nature. Investigative Act. John Dewey.*

* * *

Introdução

Em sua obra *Lógica: Teoria da Investigação* (1938) – na qual John Dewey sistematiza os resultados de suas pesquisas lógicas e epistemológicas em trabalhos como *Ensaio em Lógica Experimental* (1916) e *Como Pensamos* (1910) – o autor citado define a investigação como “a transformação dirigida ou controlada de uma situação indeterminada em uma outra situação de tal modo determinada nas

distinções e relações que a constituem, que possa converter os elementos da situação original em um todo unificado” (Dewey, 1960, p. 104-5). Em outros termos, a investigação tem seu ponto de partida em experiências caracterizadas por obscuridade, dúvida, conflito, em suma, experiências perturbadas, e seu objetivo é a transformação de qualquer experiência com estas marcas em uma situação clara, coerente e ordenada. A natureza, por sua vez, no seio da qual se dão estas experiências, é vista por nosso filósofo como instável, arriscada e precária, o que exige comportamento e operações humanas inteligentes e responsáveis. Neste contexto, todo ato investigativo deve seguir certas etapas ou regras objetivas: quanto à primeira etapa, deve-se antes de qualquer coisa reconhecer uma situação vivenciada como problemática ou duvidosa, ou como uma situação de tensão ou de conflito entre o organismo humano e o ambiente; ou seja, devemos ter conosco a definição precisa da natureza da dificuldade experienciada. Esta definição já deve trazer consigo uma sugestão (segunda etapa) – baseada nos já conhecidos “fatos do caso” – de como resolver o problema. A partir da sugestão, elabora-se uma ideia ou hipótese efetiva de solução, processo este apontado como o terceiro momento da pesquisa. A hipótese deve ainda, segundo Dewey, passar por uma quarta etapa: uma discussão ou desenvolvimento raciocinativo, fundamental para seu refinamento. Finalmente, na última etapa da investigação, o experimento entra em cena para que seja verificada ou confirmada a ideia ou hipótese¹. Estas são, pois, as bases e a estrutura de todo ato investigativo humano. Neste artigo trataremos especificamente das explicações do filósofo acerca do modo como a experiência, sempre inserida na natureza, prepara o caminho para a investigação.

I. Dewey e a experiência como base do ato investigativo

Passamos, pois, a tecer algumas considerações com o intuito de esclarecer a visão de Dewey acerca das relações entre a *experiência* (e seus constituintes fundamentais) e a *natureza*. A experiência em particular é concebida de modo bastante abrangente em toda a obra de Dewey, o que nos conduz a abordá-la apenas em seus aspectos pertinentes à nossa discussão. Em *Experiência e Natureza* (1925), Dewey concebe estes dois elementos cruciais (a experiência do ser vivente e a natureza) como intrinsecamente ligados. Com efeito, para Dewey, eles são o cerne da investigação humana, vista como atividade vital a que se tem dedicado o homem desde muito antes do advento da ciência. Nosso autor entende que não se pode considerar a experiência como algo em desacordo com a natureza; em outros termos, ele não simpatiza com a concepção segundo a qual a experiência é algo que impede ou limita o acesso direto do sujeito à natureza, especialmente quando esta é entendida como “coisa em si”, ou como algo totalmente externo ao sujeito. Segundo nosso filósofo, antes de qualquer coisa, a experiência sempre

é *da* tanto quanto *na* natureza [*is of* as well as *in* nature]. Não é a experiência que é experienciada, e sim a natureza – pedras, plantas, animais, doenças, saúde, temperatura, eletricidade e assim por diante. Coisas interagindo de determinadas maneiras são a experiência (Dewey, 1958, p. 4a).

¹ Este trecho diz respeito, em especial, ao padrão ou à estrutura comum que Dewey estabelece para toda pesquisa humana. Pretendemos, em artigo posterior, analisar no detalhe este padrão.

A experiência não envolve apenas um organismo, mas também o ambiente no qual está inserido, um meio no qual ele age e se move. A experiência, *em sua fase pré-cognitiva*, envolve também as reações orgânicas de temor e de espera, o próprio pensar de modo rudimentar, o planejar, etc. Nesta fase, há apenas o ato de ver, tocar, observar algo ou assistir a um evento natural. É este, para Dewey, “o significado, no discurso não-filosófico, de se ter ‘uma experiência’” (Dewey, 2004, p. 3).

O sentido ordinário da palavra experiência denota ainda, segundo o filósofo, um contexto específico em que se encontram os objetos naturais:

O termo ‘experiência’ foi inventado e empregado previamente por causa da necessidade de se fazer referência decisiva àquilo que é indicado apenas de modo indireto e dividido por termos como ‘organismo’ e ‘ambiente’ [...], ‘pessoas’ e ‘coisas’, ‘mente e natureza’, e assim por diante. (Dewey, 2004, p. 5).

Tampouco há, na experiência pré-cognitiva, a conhecida divisão entre “sujeito” e “objeto” ou entre “experimentador” e “coisa experimentada”; tal experiência os contém numa totalidade. “Sujeito” e “objeto”, embora possam vir a ser concebidos separadamente, têm sentido único no âmbito desta vivência inicial. São produtos que a reflexão discriminará posteriormente, mas que, antes de qualquer atividade intelectual mais refinada, fazem parte de uma experiência primária não-diferenciada.

Experiência, para Dewey, é também “vida”. Podemos já deixar estabelecido que o termo vida denota aqui uma função, uma atividade vital do ser organizado que só pode existir em relação estreita com o ambiente. Para o filósofo, só se pode falar adequadamente sobre a vida quando se tem em mente seu significado enquanto impossibilidade de se compreender ou se conceber, de modo separado, “estruturas internas” e “condições externas”. Em outras palavras, não é possível separar o que ocorre no interior do organismo do que existe fora dele. Só se pode falar, por exemplo, em “ar respirado”, “alimento consumido” e “terreno percorrido” quando se tem em conta “pulmões respirando”, “estômago digerindo” e “pernas caminhando” (Dewey, 1958, p. 9). É esta integração entre organismo e ambiência que podemos apontar como sendo o principal pilar de sustentação da teoria da investigação de Dewey.

II. O conceito científico de experiência

As indicações oferecidas por Dewey a respeito da formulação *científica* do conceito de experiência são também relevantes. Em *Reconstrução em Filosofia* (1920), a experiência, entendida de modo científico, é concebida a partir da perspectiva exclusiva de uma “psicologia baseada na biologia” (Dewey, 1950, p. 81). Ora, de que perspectiva fala Dewey? Qual seu sentido? Estas questões envolvem uma crítica do filósofo pragmatista ao conceito de experiência que dominou a filosofia nos séculos XVIII e XIX. Assim, precisamos primeiro acompanhar estas críticas de Dewey, antes de apresentarmos a teoria psicológica a que aludimos.

De acordo com os filósofos da modernidade – e Dewey dirige-se especificamente a Locke e Hume – a experiência é o trampolim para as operações da mente. A vida mental origina-se em sensações ou impressões que, recebidas isoladamente, “se aglutinam, em conformidade com leis de retenção e associação” (Dewey, 1950, p. 81). Forma-se, assim, um mosaico de percepções e ideias. O

conhecimento, por seu turno, é construído a partir de complexas combinações entre estes conteúdos. A mente é totalmente passiva quanto à experiência sensorial, tendo papel ativo somente ao combinar ideias e sensações. Neste quadro, os sentidos são vistos como desempenhando o papel de alicerces fundamentais do conhecimento.

Mas, segundo nosso filósofo, “o efeito do desenvolvimento da biologia consistiu em inverter este quadro” (Dewey, 1950, p. 82). De acordo com esta ciência, o organismo não só se adapta ao ambiente, mas também pode transformá-lo: “onde quer que haja vida, há comportamento, há atividade, e para que a vida possa continuar, necessário se torna que essa atividade seja, a um tempo, contínua e adaptada ao meio ambiente” (Dewey, 1950, p. 82). Para Dewey, a reconstrução ativa do ambiente tem maior relevância quanto mais complexo é o ser organizado, e tal fato transforma inevitavelmente o conceito de experiência dos empiristas clássicos. Qual é, então, a diferença importante, a este respeito, entre a visão tradicional e o ponto de vista adotado por Dewey? Na visão de nosso autor, os empiristas clássicos vêem a experiência como algo passivo, um mero esperar por eventos ou vivências vindos do exterior. Mas quando a experiência é concebida como algo ativo, ou como já sendo em si um ato transformador do meio, seu papel é outro. Experienciar, então, não é mais um simples receber, mas, antes, uma preparação para a ação transformadora do meio. O organismo age sobre o meio até onde o permite sua estrutura física, e não só isso: o próprio meio ambiente modificado reage, por sua vez, sobre o organismo. O ser vivente, então, age e sofre as consequências de sua própria ação, de modo que “esta conexão íntima entre agir e sofrer, ou afrontar, constitui aquilo que denominamos experiência” (Dewey, 1950, p. 83).

Entendemos, ademais, que é clara a influência do *behaviorismo* no papel que Dewey confere, ao desenvolver sua concepção de experiência, às *sensações*. Embora Dewey não faça referência direta ao behaviorismo em *Reconstrução em Filosofia*, ele o faz em seu artigo *O desenvolvimento do pragmatismo americano* (1922). Neste escrito, o filósofo admite que as influências exercidas sobre seu pensamento “estão mais ou menos estreitamente relacionadas com o importante movimento – cujo promotor na psicologia foi o doutor John Watson – ao qual este deu o nome de behaviorismo” (Dewey, 2007, p. 237). Podemos, então, afirmar que a psicologia baseada na biologia, de que Dewey fala, e na qual o autor se baseia em sua obra *Reconstrução em Filosofia*, é a behaviorista. Ora, no behaviorismo de Watson, o objeto de estudo é o comportamento orgânico, dos homens como dos animais, sendo a lei que rege este comportamento definida como o esquema “estímulo – resposta”. Com efeito, a partir dos estímulos que o organismo recebe constantemente do ambiente, dão-se respostas adaptativas a estes estímulos. Escreve Watson: “Vemos, pois, que o organismo se acha continuamente submetido à ação dos estímulos – que chegam através dos olhos, dos ouvidos, do nariz e da boca – os assim chamados objetos de nosso meio” (Watson, 1930, p. 12). E como o organismo costuma responder a estes estímulos? Explica Watson que “as reações mais comumente observadas são os movimentos de todo o corpo, dos braços, pernas, tronco ou combinações de todas as partes que se movem” (Watson, 1930, p.14). Enfim, “o comportamentalista afirma que todo estímulo efetivo tem sua resposta, e que ela é imediata” (Watson, 1930, p.15). Dewey, por seu turno, reinterpreta as sensações dos empiristas com base neste mesmo esquema, encaixando-as “na esfera de estímulos e respostas” (Dewey, 1950, p. 84). As sensações são concebidas por nosso filósofo pragmatista como estímulos vindos do meio, ou seja, como choques ou incitamentos à ação, aos quais se seguem

respostas do organismo, tendo estas respostas o poder para transformar o meio e, portanto, uma função adaptativa.

Segundo Dewey, as sensações também não possuem caráter cognitivo, e este tópico permite-nos ampliar um pouco mais a discussão com os empiristas. Ora, Hume, por exemplo, concebia algumas sensações como sendo cognitivas. Para o pensador escocês, alguns elementos sensórios são imediatamente conhecidos na experiência (como as cores dos objetos, por exemplo). A seguinte passagem de Hume ilustra este ponto:

Um cego não pode fazer ideia das cores, nem um surdo dos sons. Que a cada um deles se restitua o sentido de que carece e, abrindo-se essa porta a novas sensações, ter-se-á aberto também uma porta às ideias, e ele não terá dificuldade em conceber esses objetos. O mesmo acontece quando o objeto próprio para excitar uma certa sensação nunca foi aplicado ao órgão (Hume, 1973, p. 135).

Para Hume, basta, portanto, nestes casos, que a sensação seja produzida para que se conheça o objeto que lhe é correspondente. Dewey, no entanto, não vê as sensações como proporcionando qualquer conhecimento imediato. As sensações são experienciadas antes como choques ou estímulos à modificação de um ajustamento já ocorrido entre organismo e ambiência. São sinais para uma redireção da ação do ser vivo; fazem com que o organismo busque reajustar seu comportamento às novas condições do meio. A sensação – Dewey admite – é o início do conhecimento, como diziam os empiristas clássicos, mas tão só no sentido de constituir “o choque experimentado, o estímulo necessário ao investigar e comparar, que eventualmente produzirão o conhecimento” (Dewey, 1950, p. 85). Podemos notar que este é o ponto no qual Dewey encontra a gênese mesma do conhecimento. Sendo a experiência identificada com o processo vital, e sendo as sensações, como já vimos, tomadas essencialmente como pontos de reajustamento orgânico, desfaz-se, garante Dewey, o suposto atomismo clássico das sensações. Para Dewey, “o verdadeiro ‘estofo’ da experiência são processos adaptativos de ação, hábitos, funções ativas, conexões de ação e reação, coordenações sensório-motoras” (Dewey, 1950, p. 86). E, uma vez que tal “estofo” tem valor vital e prático, torna-se evidente sua importância para a teoria naturalista da investigação de nosso filósofo. Ora, vimos há pouco que Dewey identifica a vida mesma com o quadro de interação entre organismo e ambiente, no qual os estímulos do ambiente fazem com que o ser organizado aja (ou reaja) no sentido de adaptar-se a novas situações. Este esforço de adaptação produz mudanças no meio e no próprio organismo. Este é, portanto, o ponto no qual Dewey encontra o início de toda pesquisa humana. Aqui se localiza o princípio natural de sua teoria da investigação.

III. Da experiência ao pensamento reflexivo

Sendo a vida mental e a experiência elementos estreitamente ligados ao comportamento e à natureza sensório-motriz, declara nosso filósofo que o pensamento reflexivo tem seu ponto de partida “em conflitos específicos na experiência, que ocasionam perplexidades e perturbações” (Dewey, 1950, p. 117). Para Dewey, o homem não pensa quando imerso em seu estado puramente natural e sem quaisquer obstáculos a superar. A vida tranquila e sem esforço não estimula a reflexão; é uma vida “irrefletida”, diz o filósofo (Dewey, 1950, p. 117). O pensamento só se manifesta quando estão presentes as dificuldades práticas, constituindo,

assim, um meio de se sair delas. O pensamento ocupa uma posição intermediária. Localiza-se

entre uma situação temporalmente prévia [...] da experiência ativa e apreciativa, na qual alguns dos fatores tornam-se discordantes e incompatíveis, e uma situação posterior, constituída a partir da primeira por meio da ação sobre o que é encontrado pela inquirição reflexiva. Esta situação final adquire, com isso, riqueza de significado e alto grau de ordenamento, traços estes ausentes na situação original (Dewey, 2004, p. 12).

O ato de pensar parte, mais especificamente, da observação atenta dos fatos, e é isto o que permite, em meio a uma situação confusa, definir o problema com precisão. Este procedimento clarifica a situação confusa, ao proporcionar processos razoáveis de contorná-la². Tal observação atenta é de grande importância, pois ela traz o “*significado* da dificuldade, ou seja, daquilo que essa dificuldade implica ou significa em experiências subsequentes” (Dewey, 1950, p. 119). Diríamos aqui que, juntamente com a observação dos sinais da perturbação presente, forma-se uma ideia; a ideia significa planejar, prever algo. Em verdade, para Dewey, a perturbação significa uma vivência incompleta, ainda se desenvolvendo; nela, “o que se encontra já em existência pode ser empregado como sinal, donde se infira o que provavelmente está para acontecer” (Dewey, 1950, p. 119). Segundo o filósofo, a curiosidade, a pesquisa enfim, concentram-se tanto no que está para ocorrer quanto no que já aconteceu. Atentar para o que passou equivale a interessar-se em evidências e indicações que, por sua vez, permitem inferir o que ainda pode acontecer. Neste sentido, a *observação* é entendida como busca rigorosa, precisa e metódica de sinais e de provas. É uma procura por soluções práticas, não sendo, pois, um fim em si mesma, mas um instrumento; e a seu lado caminham a inferência, a previsão, em suma, as ideias e os conceitos.

Nossa preocupação aqui é destacar a concepção de Dewey segundo a qual a experiência deve ser vista como um meio de a ação se tornar transformadora do meio e dos objetos. E se a experiência, e mesmo o pensar, dizem respeito ao quadro biológico de interação orgânica, então o próprio conhecimento não é entendido como algo separado, mas como algo que se dá em conexão com a experiência mesma. Esta participa diretamente da formação do conhecimento, sendo um de seus fatores imprescindíveis. Com efeito, os estímulos recebidos pelos sentidos não são meras percepções que nos chegam, mas um convite à ação. As impressões estimulam o ser humano a agir e transformar seu meio e os objetos ao

² Donald Piatt (1939) chama-nos a atenção contra o risco de se pensar que os filósofos pragmatistas, especialmente Dewey, ao valorizarem o aspecto prático de seu pensamento, depreciam a teoria em favor da prática, desprezando, portanto, o problema filosófico central da relação do pensamento com a realidade. Ora, com base na exposição feita por nós até aqui, defenderíamos que, para Dewey, o pensamento é exatamente um dos meios mais imprescindíveis por meio dos quais podemos estabelecer relação frutífera e segura com a realidade fora de nós. Sem o pensamento, não seríamos capazes de afirmar que conhecemos algo a respeito dos objetos ao nosso redor. Parece-nos correta, portanto, a interpretação de Piatt, de acordo com a qual Dewey “aceita como central a questão da relação do pensamento com a realidade e esforça-se em responder à questão no contexto operacional e situacional, pelo qual ela ganha significado inteligível e é capaz de ser respondida” (Piatt, 1939, p. 112).

alcance. Abre-se, então, o caminho para a investigação controlada e para a aquisição do conhecimento.

IV. Bertrand Russel, leitor e crítico de Dewey

É natural que a teoria da investigação de Dewey, como qualquer teoria geral do conhecimento, esteja sujeita a críticas no que respeita a vários de seus aspectos. Assim, muito embora nosso intento neste trabalho não seja uma abordagem crítica, podemos, por ora, apontar alguns problemas que Bertrand Russel (1939) identifica com respeito aos pressupostos naturalistas da teoria em questão. As dificuldades dizem respeito ao modo como Dewey concebe a investigação, e à dúvida como sendo o fator que, conforme vimos, incita ao ato investigativo. Entende Russel que a investigação, ao menos de acordo com o modo como Dewey a concebe, parece poder ser identificada com atividades tais como comer e beber. A investigação “é estimulada pelo particular desconforto chamado ‘dúvida’, assim como a fome é o desconforto que estimula a comer, e a sede o desconforto que estimula a beber” (Russel, 1939, p. 147). Russel considera o caso de alguém que é levado, pela fome, a matar um animal para comê-lo. Pois bem, mesmo que este alguém tenha algum laço de afetividade com o animal, a situação se transforma significativamente quando o último passa a ser visto ou considerado como alimento. Vimos nas páginas precedentes deste texto que a investigação transforma os objetos da situação. Ora, a decisão de matar o animal parece significar uma transformação do objeto em questão provocada por alguma ponderação ou investigação. Assim, diz Russel que o objeto ou o animal torna-se logicamente assimilável como algo apetitoso. A dúvida, então, cessa; não há, pois, hesitação quanto ao que se irá fazer com o animal. O que Russel questiona aqui é se o objetivo da investigação seria nada mais que a remoção da dúvida. Explica ele que o modo mesmo como Dewey faz sua exposição parece justificar uma tal leitura crítica.

Outra dificuldade é encontrada por Russel na seguinte passagem da obra *Lógica: Teoria da Investigação*: “se a investigação começa com a dúvida, ela termina com o estabelecimento de condições que removem a necessidade da dúvida” (Dewey, 1960, p. 7). Russel desta vez declara não compreender claramente o significado da expressão “necessidade da dúvida”: “se duvido de que sou um bom companheiro, posso eliminar a dúvida com certa dose de álcool, mas tal não seria visto por ele [Dewey] como ‘o estabelecimento de condições que removem a necessidade da dúvida’” (Russel, 1939, p. 147). Russel insiste, pois, em procurar saber o que Dewey pode querer significar com “necessidade da dúvida”.

Explica Russel que a necessidade da dúvida só seria admissível nos casos em que se admite a verdade e em que há, ainda assim, probabilidade de erro. Se, por exemplo, realizamos um cálculo várias vezes e obtemos resultados diferentes, então é correto admitir a “necessidade da dúvida”, mas isso porque estamos convencidos de que há um resultado objetivamente certo para o cálculo em questão. Mas se não há nada disso; se não há nenhum resultado ou “verdade” definitiva a ser obtida; “se tudo o que está envolvido é o fato psicológico da pesquisa como uma atividade estimulada pela dúvida, então não se pode oferecer regras para o que deve remover a necessidade da dúvida [...]. A investigação não pode mais ser regulada por leis” (Russel, 1939, p. 148). Deste ponto de vista, dizer que um homem é melhor pesquisador que outro pode muito bem significar apenas que ele elimina maior quantidade de dúvidas devido a algum tipo de visão ou intuição privilegiada. Lembra Russel, no entanto, que estas não são ideias de Dewey; “mas se isso não

se segue do que ele [Dewey] diz, então a pesquisa terá que ter outro objetivo que não o de remover a dúvida” (Russel, 1939, p. 148). Russel parece querer mostrar, portanto, que o pressuposto da necessidade da dúvida significa nada mais que a presença de um forte psicologismo na teoria da investigação de Dewey, o qual impediria o filósofo pragmatista de oferecer regras objetivas para a investigação, uma vez que o impediria de conceber a investigação mesma como um ato objetivo solucionador de problemas. Mas deixemos de lado, por ora, dificuldades como estas. Uma boa resposta a estas críticas de Russel demandaria uma análise mais específica e detalhada dos *fundamentos naturalistas* da teoria da investigação de Dewey. Assim, em artigo posterior, pretendemos tratar, mais exatamente, das bases *biológicas e culturais* dessa teoria.

Conclusão

Nosso intento, neste artigo, foi mostrar que o conceito de experiência, pleno de importância e de significados em toda a obra de Dewey, revela-se o ponto central da teoria da investigação do autor. Todo ato investigativo origina-se com a experiência humana, mais precisamente com experiências perturbadas e indefinidas; surge, portanto, de um fenômeno atual e vivo, o qual é o problema prático que se impõe, e que envolve nossas vivências e os objetos ao nosso alcance. A experiência não é, assim, apenas uma percepção imediata dos sentidos, uma captação passiva de dados sensoriais. Aqui, o conceito de experiência – elemento fundamental do naturalismo de Dewey – possui um sentido que se afasta rigorosamente da perspectiva do empirismo clássico: se a concepção de Hume, por exemplo, reduz a experiência à recepção passiva de sensações (como é o caso com a percepção das cores), a de Dewey é fundamentalmente ativa. A experiência, segundo ele, é uma ocorrência que já convida à ação; ela implica uma relação interacionista entre organismo e meio. É a partir da experiência que o ser humano modifica o meio em que vive, ou seja, aprende a investigar.

A experiência é, então, concebida como estreitamente vinculada à Natureza. Em verdade, mais do que simplesmente aproximar, Dewey procura identificar a primeira com a segunda, e, para tal, nosso autor precisa confrontar não só o ponto de vista do empirismo, como também os do racionalismo ou do idealismo, os quais se formam tendo como ponto de apoio o dualismo natureza/experiência. Segundo tal dualismo, a experiência não passa de um instrumento de análise da natureza ou do mundo; mais do que isso, há um antagonismo que envolve, por um lado, a experiência, considerada transitória, e, por outro, a realidade constante e sólida do mundo externo. Ora, a reconstrução proposta por Dewey consiste, como vimos, em entender a experiência, não como antagônica à natureza, mas como uma fase desta, ou ainda, como uma forma de interação que inclui situação e agente, estímulos ambientais e respostas do organismo.

A interação orgânica, de natureza sensório-motriz, é, então, a característica primordial da experiência; isso significa que ela não é, a princípio, cognitiva, mas pode vir a sê-lo; pode ganhar esse atributo, sobretudo devido à plasticidade do organismo humano, isto é, sua capacidade de resolver problemas modificando as próprias ações, e desenvolvendo, por meio disso, novas disposições, modos de agir, hábitos, e enfim, ideias.

* * *

Referências

CARRARA, K. **Behaviorismo radical: crítica e metacrítica**. UNESP – Marília Publicações: São Paulo, FAPESP, 1998.

DEWEY, J. **Reconstruction in philosophy**. [s.l.]: Mentor Book; The New American Library, 1950.

_____. **La búsqueda de la certeza: un estudio de la relación entre el conocimiento y la acción**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1952.

_____. **Experience and nature**. New York: Dover Publications, 1958.

_____. **Como pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **Logic: the theory of inquiry**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

_____. **Essays in experimental logic**. New York: Dover Publications, 2004.

_____. The Development of American Pragmatism. In: **The Essential Dewey: pragmatism, education, democracy**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 1998. v. 1.

_____. O desenvolvimento do pragmatismo americano. In: **Scientiae Studia**. São Paulo 5, 2, p. 227-243, 2007.

HUME, D. **Investigação sobre o Entendimento Humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. 23)

PIATT, DONALD A. Dewey's Logical Theory. In: **The Philosophy of John Dewey**. Evanston and Chicago: Northwestern University, 1939. (Library of Living Philosophers).

RUSSEL, B. Dewey's New Logic. In: **The Philosophy of John Dewey**. Evanston and Chicago: Northwestern University, 1939. (Library of Living Philosophers).

WATSON, J. **Behaviorism**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1930.